

## Tribunal da Relação de Lisboa

Acórdão n.º 2023/0456/2.1T8LRS

Recurso Interlocutório – Admissibilidade de Provas Eletrónicas

Processo Penal n.º 2023/0456 – Burla Informática por Phishing – Transferências Fraudulentas de €32.000

**Autor / Requerente:** Ministério Público, representado pela Procuradora **Dr.ª Marta Santos**, NIF 212 345 678, Secção de Instrução Criminal do Tribunal Judicial de Lisboa.

**Réu / Requerido:** **João da Silva**, residente na Rua da Prata, n.º 45, 3.º Dto., 1150-259 Lisboa, NIF 123 456 789.

### Mandatários:

- **Dr.ª Ana Pereira**, OAB 12345 – Advogada de defesa.
- **Dr. Luís Carvalho**, OAB 67890 – Advogado de defesa.

**Juiz de Instrução Criminal n.º 4:** Juiz **Dr. Carlos Mendes**, Tribunal Judicial de Lisboa.

**Data da Sentença de Primeiro Grau:** 12 de junho de 2023.

**Data da Interposição do Recurso Interlocutório:** 20 de junho de 2023.

**Data da Decisão Recursal:** 15 de março de 2024.

---

## I. Relatório

1. O Ministério Público, nos autos do processo penal supramencionado, requereu a produção de provas eletrónicas consistentes em:
  - **Registos de acesso ao correio eletrónico** do réu (contas “joao.silva@gmail.com” e “jsilva@outlook.com”).
  - **Cópias de e-mails de phishing** enviados a terceiros, contendo links fraudulentos.
  - **Extratos bancários** das contas da entidade “Banco Alfa”, que evidenciam as transferências de €32 000 realizadas entre 10 e 25 de março de 2023.
  - **Logs de servidor** do provedor de hospedagem “WebHost PT”, que demonstram a criação de domínios falsos.
2. O réu, por intermédio dos seus mandatários, opôs recurso interlocutório contra a decisão de primeiro grau que determinou a admissão das referidas provas, alegando violação dos princípios da **legalidade da prova**, **direito ao silêncio** e **presunção de inocência**, bem como a inexistência de autorização judicial para a apreensão dos dados eletrónicos.
3. O recurso foi interposto nos termos do artigo 564.º, n.º 1, do Código de Processo Civil, e foi regularmente apresentado ao Tribunal da Relação de Lisboa, sendo designado o Juiz Relator **Dr.ª Sofia Ribeiro**, OAB 34567.

## II. Fundamentação Jurídica

**2.1. Da admissibilidade da prova eletrónica** O artigo 219.º, n.º 1, do Código Penal, estabelece que “todas as provas legalmente obtidas são admissíveis”. O Código de Processo Penal, por sua vez, ao regular a prova eletrónica, dispõe nos artigos 262.º a 268.º que a obtenção de dados informáticos deve obedecer aos requisitos de **necessidade**, **proporcionalidade** e **autorização judicial**, salvo situações de urgência devidamente justificadas.

No presente caso, a medida de apreensão dos dados eletrónicos foi praticada mediante **ordem judicial** emitida pelo Juiz de Instrução Criminal n.º 4, datada de 5 de maio de 2023, nos termos do artigo 266.º, n.º 2, do CPP, após demonstração inequívoca de risco de destruição de prova (possibilidade de eliminação dos e-mails de phishing pelos servidores de correio).

**2.2. Do respeito ao direito ao silêncio e à presunção de inocência** O direito ao silêncio, consagrado no artigo 31.º da Constituição da República Portuguesa, não impede a produção de prova que tenha sido obtida de forma lícita e que se refira a factos alheios à declaração do arguido. As provas eletrónicas apresentadas não constituem “confissão” nem “testemunho” do réu, mas sim **elementos de facto** que corroboram a prática delituosa descrita na denúncia.

A presunção de inocência, prevista no artigo 32.º da Constituição, impõe ao tribunal o dever de provar a culpa do arguido. A existência de registos de acesso ao correio eletrónico, associados ao envio dos e-mails de phishing, bem como os extratos bancários que revelam as transferências fraudulentas, são provas objetivas que auxiliam no cumprimento desse encargo probatório, sem violar o princípio da presunção de inocência.

**2.3. Da proporcionalidade e necessidade da medida** A apreensão dos dados eletrónicos foi limitada ao período compreendido entre 1 de março e 30 de março de 2023, data em que se verificaram as transferências ilícitas. Não foram recolhidos dados pessoais alheios ao objeto da investigação (por exemplo, fotografias ou mensagens privadas não relacionadas com a burla). Assim, a medida cumpre o requisito da **proporcionalidade**, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça (Acórdão n.º 123/20.2T8LSB, de 12 de outubro de 2020).

### III. Dispositivo

1. **Rejeita-se** o recurso interlocutório interposto por João da Silva, nos termos do artigo 564.º, n.º 2, do Código de Processo Civil, por carecer de fundamento jurídico suficiente para afastar a admissibilidade das provas eletrónicas já admitidas em primeiro grau.
2. **Confirma-se** a admissibilidade, em todos os seus termos, das seguintes provas eletrónicas:

Nº	Tipo de prova	Fonte	Período coberto	Observações
1	Registos de acesso ao correio eletrónico	“joao.silva@gmail.com” e “jsilva@outlook.com”	1.º março – 30 março 2023	Extraídos mediante ordem judicial (processo n.º 2023/0456/OP)
2	Cópias de e-mails de phishing	Servidor “mail.phish-pt.com”	10 março – 25 março 2023	Inclui cabeçalhos completos
3	Extratos bancários – Banco Alfa	Conta “PT50 1234 5678 9012 3456 78”	10 março – 25 março 2023	Transferências totalizando €32 000
4	Logs de servidor – WebHost PT	Domínios “se-cure-login-bank.com” e “bank-verify.org”	8 março – 27 março 2023	Identificação de IPs associados ao réu

3. **Determina-se** que as provas acima referidas sejam incorporadas ao processo, devendo ser disponibilizadas às partes em formato digital (PDF/A) e em papel, nos termos do artigo 264.º do CPP.
4. **Intima-se** o Ministério Público e a defesa para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, apresentem eventuais alegações complementares sobre a validade da prova, caso considerem necessário.
5. **Regista-se** que o presente acórdão será publicado no Boletim da República e afixado no portal eletrónico do Tribunal da Relação de Lisboa, nos termos do artigo 571.º do Código de Processo Civil.

6. **Custas processuais:** As custas referentes à prática do recurso interlocutório ficam a cargo do réu, nos termos do artigo 551.º, n.º 2, do CPC.

#### **IV. Conclusão**

Pelo exposto, **rejeita-se** o recurso interlocutório interposto por João da Silva, **confirmando-se** a admissibilidade das provas eletrónicas produzidas nos autos, as quais se revelam essenciais para a demonstração da prática de burla informática tipificada no artigo 217.º do Código Penal.

Assim, o processo prossegue para a fase de julgamento, nos termos da lei.

Lisboa, 15 de março de 2024

#### **Juiz Relator**

Dr.ª Sofia Ribeiro, OAB 34567

#### **Juiz Presidente**

Dr. Carlos Mendes, Juiz de Instrução Criminal n.º 4

---

*Este acórdão foi elaborado em conformidade com a legislação vigente e a jurisprudência aplicável ao caso.*